



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA,
TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DESTINADA A APRECIAR A AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, REFERENTE AO 3º
QUADRIMESTRE DE 2022

EM: 07.03.2023

INÍCIO: 14h11min

PRESIDENTE: SRA. IEDA CHAVES

MEMBROS: SR. ISMAEL CRISPIN

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Boa tarde a todos.
Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, aos 07
dias do mês de março de 2023, declaro aberta a Audiência
Pública para Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais
referente ao 3º Quadrimestre de 2022.

Neste momento, registramos a presença dos senhores deputados Ismael Crispin, Gislaine Lebrinha, Dr^a Tássia e Cláudia de Jesus.

Registramos também a presença de Daniele Silva, Ednaldo Gomes Sodré, Verônica Santos e Milena de Souza, e os convido para fazer assento à Mesa.

Agradeço a presença da equipe técnica da Contabilidade-Geral do Estado.

Solicito ao senhor Ednaldo que faça uso da palavra referente à Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Governo do Estado de Rondônia referente ao 3º Quadrimestre de 2022. A aludida documentação está em conformidade com a disposição contida no § 4º, art. 9º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e apta para discussão.

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ - Boa tarde a todos. Meu nome é Ednaldo Sodré. Estou aqui junto com a Daniele, Verônica e Milena. Somos da Contabilidade-Geral do Estado, e vamos apresentar aqui para vocês os resultados fiscais de 2022.

(Apresentação de slides)

O foco desta apresentação tem principalmente o objetivo de medir os índices de educação, saúde, despesa com pessoal, resultado nominal e primário. E aí, como esses resultados são reflexos da própria execução orçamentária, da LOA, então a gente vai explorar um pouquinho a questão da Lei Orçamentária Anual, e, a partir daí, a gente vai trazer os indicadores.

Então, nós temos a lei que autorizou a nossa Lei Orçamentária Anual, que passou pelo Parlamento, e ela inicialmente começou com R\$ 10 bi 276 milhões. Então, a Lei Orçamentária, que foi aprovada, tinha esse escopo de receita e despesa nesse valor de R\$ 10 bi.

Isso demonstra, de uma certa forma, o equilíbrio. De uma forma bem leiga, as receitas são divididas em dois grupos: Corrente e Capital. O Estado tem o foco em arrecadar Receitas Correntes, que basicamente são o grupo de impostos, taxas, contribuições – esse é o foco do Estado. A Receita de Capital tem a ver muito mais com operações de crédito, recursos de terceiros que ingressam no Estado. Então, a Receita Total – esses R\$ 10 bi – tem essa composição de Corrente e de Capital.

Apesar de a gente estar revelando os dados de 2022, para efeitos comparativos, nós também temos os resultados de 2021, do 3º Quadrimestre de 2021. Então, a gente vai ter aí a comparação da evolução de 2021 e 2022.

Da previsão da receita, isso com foco na LOA, ainda não tratando de metas e resultados fiscais, mas, sim, uma evolução do Estado em relação à execução do orçamento. Então, em relação à previsão da receita, notem na última linha que nós temos uma previsão de arrecadação de R\$ 11 bilhões, mais ou menos (R\$ 11.370.354.156,94). E aí o Estado foi lá e arrecadou R\$ 13 bi (R\$ 13.186.329.047,75). Isso gerou um efeito positivo: a gente coloca aí "115", mas uma variação positiva de 15,97%.

Se a gente comparar com 2021, perceba que, em 2021, nós arrecadamos R\$ 10 bi (R\$ 10.876.482.330,69); em 2022, R\$ 13 bi (R\$ 13.186.329.047,75). Então, teve uma variação positiva de 21,24%. E destaquem-se aí Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, que tinham uma previsão inicial de R\$ 7 bi (R\$

7.223.980.476,75), e arrecadou R\$ 8 bi (R\$ 8.024.667.953,17).

E outro grupo, logo abaixo, lá em Transferências Correntes, tem uma previsão de R\$ 5 bi (R\$ 5.598.381.662,54), e foram arrecadados R\$ 6 bi (R\$ 6.387.181.449,97), que, se a gente comparar com o ano passado, a mesma rubrica (Receitas Impostos, Taxas e Contribuições), em 2021, arrecadou R\$ 7 bi (R\$ 7.652.498.592,85), sendo que em 2022 foi R\$ 8 bi (R\$ 8.024.667.953,17).

E no mesmo grupo, em Transferências Correntes foram arrecadados R\$ 5 bi (R\$ 5.598.381.662,54) e em 2022, R\$ 6 bi (R\$ 6.387.181.449,97). Então, teve um resultado positivo. Próximo slide, por favor.

Então, da composição das receitas – isso composição geral, do valor arrecado –, percebam que 49% dessas receitas ali, que são as Receitas Correntes, receitas próprias que o Estado tem essa função de arrecadar, ele arrecadou 49% do valor total.

Já o outro grupo que é em destaque, são as Transferências Correntes, de 39%. As demais receitas, de serviços, outras contribuições, Intras (Receitas Intra-Orçamentárias Correntes). Mas, o foco ali em Receitas Correntes seria: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias, 49% e as Transferências Correntes que, além dessas Transferências Correntes, tem a transferência da União do FPE, que já detalhamos.

Pois bem, na composição das Receitas Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias, notamos o seguinte: nós tínhamos uma previsão atualizada de R\$ 4 bi 627 (R\$ 4.627.199.543,07) e arrecadamos R\$ 4 bi 654 (R\$ 4.654.955.204,66). Então teve uma variação positiva de 0,60%, 100,60 que dá 0,60%. E se comparados com 2021, nós temos R\$ 4 bi, a gente arrecadou R\$

4 bi 654 milhões (R\$ 4.654.955.204,66) e em 2021, R\$ 4 bi 360 milhões (R\$ 4.360.203.738,95), gerou uma variação positiva de 7%.

Destaque-se aí o ICMS que, embora não tenha atingido, em relação à previsão, um percentual acima do previsto, porque ele tinha uma previsão de R\$ 3 bi 660 (R\$ 3.660.187.443,04) e ele arrecadou R\$ 3 bi 609 (R\$ 3.609.737.294,19). Então, basicamente faltou um "percentualzinho" para atingir esse valor. Mas, comparado a 2021 teve uma evolução de 3%.

Do mesmo modo IPVA, teve uma previsão de R\$ 237 milhões (R\$ 237.307.506,76) e arrecadou R\$ 200 (R\$ 200.237.169,24). Faltou ainda um "percentualzinho" para atingir essa previsão, mas se comparado a 2021, nós temos um incremento de 34%.

A ITCD também faltou um "percentualzinho" para se cumprir o valor previsto, e isso é normal. Na verdade, a gente trabalha essa previsão com base em estimativas, e muitas vezes essas estimativas não são realizadas e é comum isso acontecer, enfim. Seriam os principais. Poderia passar para o próximo?

Então, aí seria uma visão geral do que foi previsto e realizado. ICMS, para atingir os 100% da previsão ainda faltou 1,38%. IPVA, para atingir a arrecadação – dinheiro em caixa – os 100% ainda faltaram 15,62% e o ITCD, para atingir os 100% ainda faltaram 7,27%.

Seguindo aí, já o imposto de renda (IRRF), acho que teve alteração na alíquota, acho que teve até uma questão do Imposto de Renda Retido na Fonte do Estado, no final do ano, e isso pode ter contribuído para que a arrecadação superasse o valor que estava estimado. Então, do valor realizado R\$ 620 (R\$ 620.876.523,63), estava previsto R\$ 552 milhões (R\$

552.055.155,93), por isso esse 12,47%. Arrecadou acima do previsto 12,47%; e nas Taxas, 31,33%.

Então, das Receitas Tributárias, 77,55% representa o ICMS, que é o carro-chefe do Estado. O restante, entra o Imposto de Renda que teve esse incremento, mas é o ICMS que é o responsável pela principal arrecadação e o IPVA.

Entramos no grupo de Transferências Correntes, recursos da União transferidos para o Estado. Estava previsto, na segunda linha, Cota-Parte FPE que é o foco. Previsto uma arrecadação de R\$ 3 bi (R\$ 3.560.246.194,15), em 2022 nós arrecadamos R\$ 4 bi (R\$ 4.350.513.880,93), quase R\$ 4,5 bi. Muito acima do que estava previsto. Uma variação de 122,20; em linhas percentuais, 22,20%. Se comparado a 2021, que a gente arrecadou da União R\$ 3,5 bi (R\$ 3.573.605.217,09) tem uma variação de 21,74%. Isso mostra que a União está arrecadando bem e está distribuindo esse recurso para o Estado e do Estado mandando para os municípios.

O FPE, do grupo de Transferências Correntes, ele representa 68% dos valores arrecadados. Pode passar, por favor.

Entramos na Despesa. Do mesmo jeito que a Receita tem Corrente e Capital, a despesa também tem a Corrente e a Capital.

A previsão da nossa Lei Orçamentária Anual, no início da apresentação eu falei que estava em R\$ 10 bi (R\$ 10.939.781.721,60), foi inicialmente aprovada nesse valor. Após as alterações, com Créditos Adicionais, Emendas, enfim, tudo que está em volta da Lei Orçamentária Anual, ela terminou o ano com a dotação atualizada em R\$ 13,5 bilhões (R\$ 13.586.462.142,73). Desse valor, foi executado, que a gente fala Empenhado, R\$ 12 bi (R\$ 12.312.134.058,11). Então esse percentual de 82,6% é o quanto mais próximo dos 100%

que é os R\$ 13,5 bi. Então, significa que houve uma economia orçamentária nesse Exercício. Isso, comparando pela Despesa Empenhada. Então, do valor de R\$ 13 bi foram executados R\$ 12 bi (R\$ 12.312.134.058,11).

E em 2021, foram executados quase R\$ 10 bi: R\$ R\$ 9.966.529.136,78. Houve um aumento de despesas, mas isso acompanhado, naturalmente, de um volume de arrecadação que foi previsto.

Das Despesas Gerais, nota-se que a principal despesa, a que alcança mais volume no orçamento, seria a Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, que é de 50,99% das despesas gerais do Estado. Isso eu estou falando do Poder Executivo, Poder Legislativo, de todo mundo. Todos. A gente não está falando ainda do índice com Despesa de Pessoal, e, sim, do que foi executado da Lei Orçamentária Anual, de Pessoal e Encargos Sociais, representa metade do orçamento. E aí, a outra parte, essas outras Despesas Correntes, representam aproximadamente 30%, que seriam o pagamento de fornecedores, todo esse grupo de incremento e despesas para manutenção da máquina. Pode passar o slide.

Então, aí nós temos uma ideia de como foi essa parte de confronto entre receita e despesa. A Lei Orçamentária Anual, por meio do Balanço Orçamentário, que a gente chama de Resultado Orçamentário, tem o enfoque de confrontar o que foi previsto com o realizado em cima das Receitas e Despesas.

No caso aí, as minhas Receitas, menos as minhas Despesas, em 2021: esse resultado foi de R\$ 909 milhões (R\$ 909.953.193,91); em 2022, R\$ 874 milhões (R\$ 874.194.989,64).

Então, o valor que arrecadei, deduzido do que executei, gerou esse Resultado Orçamentário de R\$ 874 milhões, positivo.

Agora entramos aí nos Limites. A partir da Execução do Orçamento, a gente entra nos Limites de Despesa com Pessoal, Educação e Saúde.

Então vamos para o Pessoal. Aqui é o Poder Executivo. No lado direito da tela, nós temos o Limite Máximo: 49%. Isso aí é o máximo que o Poder Executivo pode comprometer e executar o Orçamento com Folha: Pessoal e Encargos. Limite Prudencial, ou seja, o Governador tem que já começar, ter uma prudência, é de 46,55%; e o Limite de Alerta é de 44,10%.

Notem que, no percentual, o Estado fechou em 2022 com 39,25%, ou seja, abaixo do Limite de Alerta. Ou seja, nem está no Limite de Alerta, nem no Limite Prudencial e, tampouco, no Limite Máximo. Está muito bem em relação ao Índice de Despesa com Pessoal.

Educação: nós temos um Limite Constitucional de 25%, que, no lado direito ali, 25%. Quanto o Estado executou com despesas típicas com Educação? Em 2021, ele executou 26,57%; ou seja, atingiu um percentual um pouco acima do Limite Constitucional, e, em 2022, já perto dos 27% (26,98%). Os índices todos ok.

Saúde, o mesmo esquema: 12% ele tem que aplicar, não é, das Receitas de impostos com Saúde. Em 2021, ele aplicou 13,26%; em 2022, 14,23%. Percebe-se uma evolução.

Quanto mais se arrecada, mais há a obrigação de se aplicar com Educação e Saúde, então, naturalmente, o aumento percentual.

E aí, tratamos agora, por fim, do Resultado Primário e do Resultado Nominal. Pode passar o slide.

Esse Resultado Primário, a ideia dele é: será que o Estado, com recursos próprios, sem intervenção de terceiros, sem pegar empréstimo, sem ter qualquer tipo de recurso de

instituição financeira, tem condições de pagar suas despesas sem depender desses usuários externos? Dos agentes financiadores externos? É isso o que o Resultado Primário mede. Então, em 2021 o Resultado Primário terminou em R\$ 1 bi (R\$ 1.825.411.581,47). Em 2022, ele terminou negativo em R\$ 73 milhões (- R\$ 73.521.943,07).

Dentro do escopo dos R\$ 73 milhões, nós temos uma despesa que é investimento. O investimento entra como Despesa, mas muito desses investimentos são financiados com Operações de Crédito que não são considerados nesse cálculo. Até porque, Operação de Crédito seria Recurso de Terceiros. Empréstimo, não é? Então, por que esses R\$ 73 milhões? Porque ele somou todas as receitas próprias, sem a de Terceiros, e na hora da Despesa incluiu investimentos que, muitas vezes, podem ter o financiamento de operações de crédito, alienação de bens, inúmeras coisas. Por isso, esse resultado. Então, deu R\$ 73 milhões negativos.

Resultado Nominal. Resultado Nominal seriam as operações de longo prazo e o Estado fazendo empréstimos com bancos, assumindo dívidas de longo prazo. Então, no final de 2021, ele tinha uma dívida, obrigações com terceiros, de R\$ 4 bi (R\$ 4.880.652.704,13). E ele tinha essa dedução que tem aí na linha, representa dinheiro em caixa, já deduzido de obrigações que venham a surgir. Então, ele tinha R\$ 4 bi de obrigações de longo prazo e tinha R\$ 5 bi, em dinheiro. Por isso o resultado negativo aí, que representa um saldo positivo, na verdade. Porque eu pego obrigação menos o que eu tenho de dinheiro.

Então, quando está negativo significa que tenho mais dinheiro que obrigação. Quando fecha 2022, esse resultado negativo passa a ser positivo. Significa que o Estado assumiu mais obrigações. Então no final do ano teve variação de R\$ 1 bilhão (R\$ 1.079.142.045,32).

E a meta deu R\$ 484 milhões (R\$ 484.885.054,00). Essa meta, é bom destacar que a Secretaria do Tesouro Nacional, já nos meados de 2021/2022, mudou a metodologia. E aí os cálculos realizados estão segundo a metodologia nova, só que a meta está na metodologia antiga. Por isso que há uma certa disparidade. Mas, se a gente converter essa meta com a metodologia nova, a gente está cumprindo todas as metas.

Então é isso o que temos para apresentar dos resultados fiscais do Estado em 2022.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Colocamos a palavra em discussão dos membros que desejem fazer uso da palavra. Ninguém?

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente, aproveitar e cumprimentar. Só para confirmar algo que, na minha avaliação, foi apresentado. Nós fechamos 2022 com gasto de pessoal com 39,25%. O limite prudencial 44%. É isso?

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ - É isso aí.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Isso eu acho que é um apontamento importante, porque chega o momento da reestruturação de governo e essa coisa toda, e a gente pode observar que o governo fecha muito bem 2022. Ele fecha de uma forma muito tranquila. Agora, nós temos Planos de Cargo, Carreira e Salário para ser discutido, uma série de situação. Está aqui o local que a gente precisa cuidar.

Era só essa a minha participação. Obrigado.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Ninguém mais?

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Audiência Pública. Obrigada.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 14 horas e 31 minutos)

(Sem revisão dos oradores)